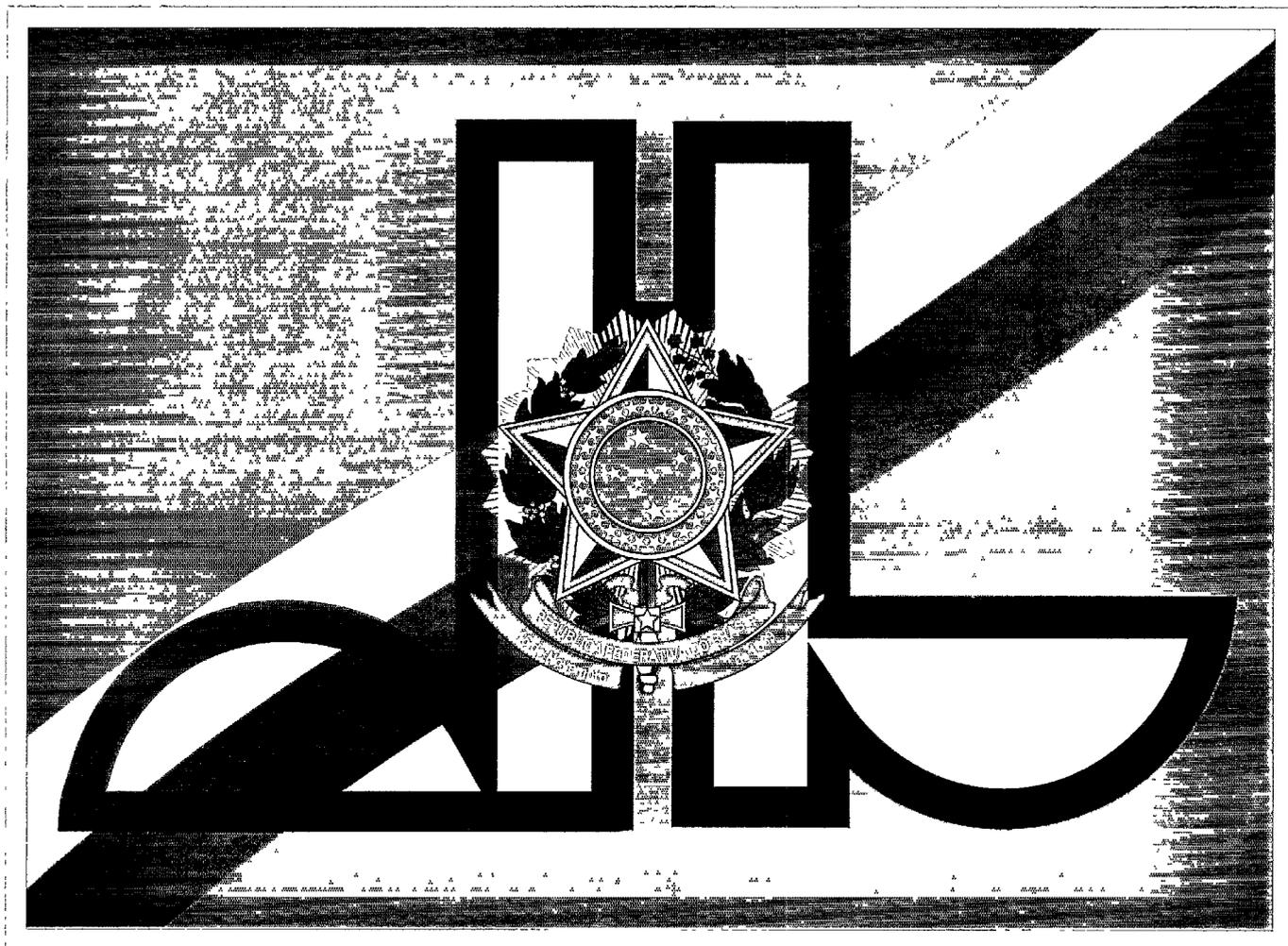




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL-BA

1º Vice-Presidente

Deputado Heráclito Fortes - PFL-PI

2º Vice-Presidente

Senadora Júnia Marise - Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)-MG

1º Secretário

Deputado Ubiratan Aguiar - PSDB-CE

2º Secretário

Senador Carlos Patrocínio - PFL-TO

3º Secretário

Deputado Paulo Paim - Bloco (PT/PDT/PCdoB)-RS

4º Secretário

Senador Lucídio Portella - PPB-PI

LIDERANÇAS

Líder do Governo no Congresso Nacional

Senador José Roberto Arruda - PSDB-DF

VICE-LÍDERES

Deputado Luiz Carlos Hauly - PSDB-PR

Senador Mauro Miranda - PMDB-GO

Senador Romero Jucá - PFL-RR

EXPEDIENTE

<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudsonor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1- ATA DA 1ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 1º DE JANEIRO DE 1999

Destinada a receber o compromisso e dar posse ao Presidente e ao Vice-Presidente da República, reeleitos em primeiro turno em 4 de outubro de 1998..... 00003

Ata da 1ª Sessão Conjunta (Solene), em 1º de janeiro de 1999

Presidência do Sr. Antonio Carlos Magalhães

(Inicia-se a sessão às 17 horas.)

(Compõem a Mesa: à direita do Presidente Antonio Carlos Magalhães; o Presidente da República Senhor Fernando Henrique Cardoso; o Presidente da Câmara dos Deputados Michel Temer e o Primeiro-Secretário da Mesa do Congresso Nacional Deputado Ubiratan Aguiar; à sua esquerda: o Vice-Presidente da República Marco Antonio de Oliveira Maciel; o Presidente do Supremo Tribunal Federal Ministro José Celso de Mello Filho; e o Segundo-Secretário da Mesa do Congresso Nacional Senador Carlos Patrocínio.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Declaro aberta a sessão solene do Congresso Na-

cional destinada a receber o compromisso constitucional e dar posse ao Presidente e ao Vice-Presidente da República, os Senhores Fernando Henrique Cardoso e Marco Antonio de Oliveira Maciel, reeleitos em primeiro turno a 4 de outubro de 1998 e diplomados pelo Tribunal Superior Eleitoral no dia 12 de dezembro do mesmo ano, para o período a iniciar-se nesta data.

Suas Excelências encaminharam à Mesa os diplomas, que serão publicados, na forma do Regimento.

São os seguintes os diplomas recebidos:



República Federativa do Brasil
Tribunal Superior Eleitoral

Pela vontade do povo brasileiro,
expressa nas urnas em 4 de outubro de 1998,

Fernando Henrique Cardoso

foi reeleito
Presidente da República.

Em testemunho desse fato, a Justiça Eleitoral expediu-lhe
o presente diploma que o habilita à nova investidura no cargo
perante o Congresso Nacional em 1º de janeiro de 1999,
nos termos da Constituição.

Brasília, aos 12 de dezembro de 1998,
177º da Independência e 110º da República.

[Assinatura]
Ministro Ministro Galvão
Presidente

[Assinatura]
Ministro Mauro Corrêa

[Assinatura]
Ministro Nery da Silveira

[Assinatura]
Ministro Eduardo Ribeiro

[Assinatura]
Ministro Edson Vidigal

[Assinatura]
Ministro Eduardo Alkmim

[Assinatura]
Ministro Costa Porto

Genaldo Brandão
Presidente-Geral Eleitoral

Ney Natal da Silva
Diretor-Geral



*República Federativa do Brasil
Tribunal Superior Eleitoral*

*Pela vontade do povo brasileiro,
expressa nas urnas em 4 de outubro de 1998,*

Marco Antônio de Oliveira Maciel

*fai i eleito
Vice-Presidente da República.*

*Em testemunho desse fato, a Justiça Eleitoral expediu-lhe
o presente diploma que o habilita à nova investidura no cargo
perante o Congresso Nacional em 1º de janeiro de 1999,
nos termos da Constituição.*

*Brasília, aos 12 de dezembro de 1998,
177º da Independência e 110º da República.*

[Assinatura]
Ministro Ulisses Galvão
Presidente

[Assinatura]
Ministro José da Silveira

[Assinatura]
Ministro Maurício Corrêa

[Assinatura]
Ministro Eduardo Ribeiro

[Assinatura]
Ministro Edson Vidigal

[Assinatura]
Ministro Eduardo Alkmim

[Assinatura]
Ministro Costa Porto

[Assinatura]
Geraldo Bruckner
Procurador-Geral Eleitoral

[Assinatura]
Ney Natan Coelho
Diretor-Geral

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Convido o Senhor Presidente da República a prestar, de pé, o compromisso constitucional. Em seguida, o Senhor Vice-Presidente da República.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. (Palmas.)

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MACIEL
– Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– O Sr. 1º Secretário, Deputado Ubiratan Aguiar, procederá à leitura do termo de posse.

É lido o seguinte:

TERMO DE POSSE DOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA MACIEL NOS CARGOS, RESPECTIVAMENTE, DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Às dezessete horas do dia primeiro de janeiro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, perante o Congresso Nacional, reunido em sessão conjunta de suas Casas, no Plenário da Câmara dos Deputados, nesta Cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, sob a direção da Mesa

do Congresso Nacional, presidida pelo Senhor Senador Antonio Carlos Magalhães e secretariada pelo Senhor Deputado Ubiratan Aguiar, Primeiro-Secretário, e pelo Senhor Senador Carlos Patrocínio, Segundo-Secretário, integrando ainda a mesa o Senhor Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados, e o Senhor Ministro José Celso de Mello Filho, Presidente do Supremo Tribunal Federal, compareceram os Senhores Fernando Henrique e Marco Antônio de Oliveira Maciel que, nos termos do artigo setenta e oito da Constituição Federal, foram solenemente empossados nos cargos, respectivamente, de Presidente e Vice-Presidente da República, para os quais foram reeleitos, em primeiro turno, no dia quatro de outubro de um mil novecentos e noventa e oito, e diplomados, pelo Tribunal Superior Eleitoral, a doze de dezembro do mesmo ano, para o período de primeiro de janeiro de um mil novecentos e noventa e nove a trinta e um de dezembro do ano de dois mil e dois. Os empossados proferiram, na forma do citado artigo da Constituição, o seguinte compromisso:

"Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil."

E, de conformidade com o disposto no artigo sessenta e cinco do Regimento Comum, lavrou-se o presente termo, que é assinado pelos empossados e pelos membros da Mesa que dirigiu os trabalhos da sessão.

[TEXTO ORIGINAL]

Termo de posse dos
Excelentíssimos Senhores Fernando
Henrique Cardoso e Névoa Antonio
de Oliveira Neves nos cargos,
respectivamente de Presidente e
Vice-Presidente da República.

Às dezessete horas do dia
primeiro de janeiro do ano de um mil nove-
centos e noventa e nove, perante o Congresso
Nacional, reunido em sessão conjunta de
suas Casas, no Plenário da Câmara dos
Deputados, nesta Cidade de Brasília,
Capital da República Federativa do Brasil,
sob a direção da Mesa do Congresso Nacional,
presidiada pelo Senhor Senador Antônio
Carlos Magalhães e secretariada pelo Senhor
Deputado Ubiratan Aquino, Primeiro Secretário,
e pelo Senhor Senador Carlos Galvão,
Segundo Secretário, integrando ainda a mesa
o Senhor Deputado Nivaldo Temer, Presidente

da Câmara dos Deputados, e o Senhor Ministro José Celso de Melo Filho, Presidente do Supremo Tribunal Federal, compareceram os Senhores Fernando Henrique Cardoso e Marco Antonio de Oliveira Maciel que, nos termos do artigo setenta e oito da Constituição Federal, foram solenemente empossados nos cargos, respectivamente, de Presidente e Vice-Presidente da República, para os quais foram eleitos, em primeiro turno, no dia quatro de outubro de um mil novecentos e noventa e oito, e diplomados, pelo Tribunal Superior Eleitoral, a doze de dezembro do mesmo ano, para o período de primeiro de janeiro de um mil novecentos e noventa e nove a trinta e um de dezembro do ano de dois mil e dois. Os empossados proferiram, na forma do citado artigo da Constituição, o seguinte compromisso:

"Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil."

É de conformidade com o disposto no artigo sessenta e cinco do Regimento Comum, lavrou-se o presente termo, que é assinado pelos empossados e pelos demais membros da Mesa que dirigiu os trabalhos da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O termo de posse vai ser assinado pelos Srs. Presidente e Vice-Presidente da República, por esta Presidência, pelo Presidente da Câmara dos Deputados e pelos membros da Mesa do Congresso Nacional.

(Procede-se à assinatura do termo de posse.)

(Assinam o termo de posse os Senhores Fernando Henrique Cardoso, Marco Antonio de Oliveira Maciel, Antonio Carlos Magalhães, Michel Temer, Ubiratan Aguiar, José Celso de Mello Filho e Carlos Patrocínio.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Declaro empossados nos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil os Senhores Fernando Henrique Cardoso e Marco Antonio de Oliveira Maciel para o período de 1º de janeiro de 1999 até 31 de dezembro de 2002.

Convido os presente a, de pé, ouvirem o Hino Nacional.

(É executado o Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Tenho a honra de conceder a palavra a S.Exa. o Senhor Presidente da República.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO –

Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer; Sr. Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel; Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Celso de Mello Filho; Srs. Embaixadores; Srs. Senadores; Srs. Deputados; Srs. Ministros de Estado; Srs. Governadores; Eminências; senhoras e senhores, compareço perante o Congresso Nacional para receber, pela segunda vez, a mais alta distinção a que um homem público possa aspirar.

Agradeço aos milhões de brasileiras e brasileiros, aos jovens e aos idosos, aos que moram nas cidades assim como aos que moram nos campos, que, com o voto, sufragaram as idéias que temos defendido e as mudanças que estamos empreendendo.

Sei da responsabilidade que assumo. Ao concederem ao Presidente da República a possibilidade de um novo mandato, o Congresso primeiro, o povo brasileiro depois, credenciaram-se para exigir mais do que de qualquer outro Presidente antes. Empenharei toda a minha capacidade e dedicação para corresponder à expectativa da Nação brasileira.

Estou pronto para a nova jornada. Sinto-me renovado pelo apoio generoso do povo brasileiro. Tenho mais experiência, pelo muito que pude aprender tanto dos acertos quanto dos erros do meu primeiro mandato.

Nos últimos anos, o Brasil renovou sua fisionomia, com a construção de estradas de relevância estratégica, quatro hidrovias, um sem-número de portos e aeroportos. Promoveu um salto na produção de energia e uma revolução nas telecomunicações. Mudou muito.

Mas, quando falo em mudança, penso em algo mais profundo, abrangente e capilar, que toca o cotidiano de cada um dos brasileiros e melhora suas vidas.

Milhões puderam alimentar melhor seus filhos e dar-se conta de que onde há democracia, estabilidade na economia e seriedade de governo não há razão de ser para o flagelo da fome. Milhares tiveram acesso a bens que antes estavam reservados a uma pequena elite que sempre pôde tudo. Milhares realizaram a aspiração tão antiga quanto legítima de comprar a casa própria ou morar com mais conforto.

Outros perceberam que a ação solidária dos Governos e das Prefeituras, de pais e de mestres está promovendo uma transformação profunda nas escolas e uma esperança fundada de melhor qualidade de ensino. É a professora das áreas pobres do Brasil que ganha mais e tem a oportunidade de reciclar-se. É o livro que chega a tempo, ou a merenda que é mais nutritiva. É a evasão que diminui, enquanto a matrícula no segundo grau aumenta.

Na saúde – o pesadelo de todos os brasileiros – mais recursos, melhor gerenciamento, mais atenção à saúde da família e um combate obstinado à fraude estão mostrando o caminho que levará no futuro a um efetivo atendimento universal, gratuito e de qualidade, como prescreve a Constituição, mas que poucos países, mesmo entre os mais desenvolvidos, conseguiram assegurar.

E assim ocorrem mudanças em várias outras áreas sociais.

Não obstante todas essas transformações, muitos ainda resistem em enxergar o Brasil novo que está brotando sob nossos olhos. Relutam em reconhecer que estamos avançando, competindo e nos adaptando aos novos tempos, em vários planos: o da globalização, o da reestruturação do Estado, o da revitalização da cultura.

Essas mudanças dão a confiança de que a geração do Real será diferente. Nossos filhos e netos terão mais e melhores oportunidades na vida.

E tudo começou com a nova moeda. O Real foi um grande divisor de águas. Antes era a inflação e concentração de renda. Depois foi a estabilidade, com o início da distribuição de renda.

O brasileiro pôde prever o fim do mês, planejar o ano seguinte e colocar sobre a mesa a agenda das suas verdadeiras necessidades. Restaurou-se a confiança para poupar e investir.

O Estado começou a ser transformado, para tornar-se mais eficiente, evitar o desperdício e prestar serviços de melhor qualidade à população. Deixa de ser o Estado faz-de-conta-que-faz-tudo, mas continua a ser um instrumento fundamental para garantir serviços à população mais pobre, gerar condições para o aumento da produção e assegurar os direitos básicos de todos.

O Brasil voltou a ser respeitado no exterior. Os investimentos estrangeiros multiplicaram-se, gerando novos horizontes para os brasileiros.

Também no plano externo, o Brasil colhe os frutos da democracia, da estabilidade econômica e de uma renovada confiança no potencial de nosso mercado. O País torna-se mais relevante para o mundo. Ao mesmo tempo, o mundo torna-se mais relevante para o bem-estar dos brasileiros.

Em um sistema internacional, em que é maior a interdependência, é inevitável que sejamos afetados por eventos originados em outras regiões do mundo, mesmo as mais longínquas. Os problemas dos outros tornam-se também nossos. Da mesma forma, nossos problemas passam a afetar mais diretamente outros países.

Mais do que nunca, é necessário que o Brasil saiba identificar os seus interesses nacionais e falar com firmeza para defendê-los nos foros internacionais.

O interesse nacional, hoje, não se coaduna com isolamento. Afirmamos nossa soberania pela participação e pela integração, não pelo distanciamento.

É o que estamos fazendo no MERCOSUL – dimensão prioritária e irreversível de nossa diplomacia. É o que estamos realizando com a criação de um espaço integrado de paz, democracia e prosperidade compartilhada na América do Sul. É o que se reflete em nossa visão da integração hemisférica e de laços mais sólidos com a União Européia, a Rússia, a China e o Japão, sem detrimento dos nossos vínculos históricos com a África.

O Brasil está assim consolidando uma inserção ativa e soberana no sistema internacional.

Srs. membros do Congresso Nacional, nos últimos anos, se é verdade que muito foi feito, ainda resta muito por fazer.

Nossos desafios continuam imensos, mas estamos em melhores condições para enfrentá-los. Preparamos o terreno. Plantamos a semente. Daqui para a frente, a nossa tarefa é dupla: preservar as realizações e partir para novas conquistas. A continuidade delas é indispensável, pois a esperança do povo é como a do semeador, na frase de Gilberto Amado: "Ao lançar a semente, sem ver crescer a planta no solo árido, o braço do semeador se fatiga".

Estamos fazendo um acerto de contas com o passado e, ao mesmo tempo, tratando de impedir que a prosperidade que resulta da ampliação dos fluxos de capitais, conhecimentos e tecnologia venha contaminada pelo vírus da exclusão.

Reunimos hoje as condições para construir um Brasil efetivamente solidário e mais justo.

O objetivo central do Governo que ora se inicia será o de radicalizar a democracia, democratizar o mercado aumentando a competição, e promover mais ampla oportunidade para todos os brasileiros. Isso requer determinação política e crescimento econômico continuado.

Srs. Congressistas, 83 milhões de eleitores compareceram às urnas nas últimas eleições. O povo brasileiro deu uma demonstração inequívoca, sem precedente por sua dimensão, de crença na democracia.

O País desfruta de plena liberdade de opinião e de imprensa, de que muito nos orgulhamos. O direito de manifestar o pensamento e de crítica é fundamental para a vitalidade democrática.

Mas precisamos avançar mais.

Queremos aprofundar a parceria com a sociedade.

Faz pouco tempo, o que entre nós se chamava de "opinião pública" era apenas o eco das reivindicações dos setores privilegiados da sociedade que sabem fazer ruído na defesa de seus interesses. Hoje, a opinião pública expandiu-se e incorpora sindicatos de trabalhadores, igrejas, movimentos sociais e as chamadas organizações não-governamentais.

Mas ainda existe uma maioria silenciosa que não se faz ouvir. As medidas de política social do Governo buscam atender a esta maioria, mesmo, se for o caso, contra os ruídos dos que se escudam nos mais pobres para defender seus privilégios.

A sociedade civil assume, com mais eficiência e menor custo, funções que antes eram privativas do

setor público. E o Estado se fortalece ao articular-se com ela.

A vertebração da sociedade, em sintonia com a descentralização das políticas públicas, cria as condições para que os serviços do Estado cheguem efetivamente aos que mais precisam e não, como sempre foi, aos que mais têm, porque sempre detiveram os instrumentos de pressão para reivindicar mais.

No Brasil, por muito tempo, o Estado como organização esteve à frente da sociedade. Hoje, ao contrário, é a sociedade que, via de regra, caminha à frente do Estado.

Nossos partidos, que desde o Império eram instituições do Estado mais do que da sociedade, precisam modificar-se para serem, agora, instituições da sociedade. Só assim se revitalizarão e poderão estar em sintonia com a sociedade, evitando a crise da representação política, que grassa no mundo atual.

A democracia que queremos é a do diálogo plural, dentro do respeito à diferença, à crítica e à alternância no poder. Mas o corolário da crítica é a proposta alternativa e construtiva. Não me intitulo senhor de um caminho único. Estou pronto a discutir e a retificar o rumo, sempre que me convençam de que é a alternativa melhor para o País.

Alegro-me de que o diálogo com a Oposição já se tenha iniciado. Sei que temos divergências em vários campos. Mas sei também que há temas e ações que estão acima das diferenças partidárias. O diálogo contribui para identificar veredas novas, enriquece a democracia e fortalece o País.

O fundamental nas democracias, entretanto, é o apoio da maioria. Este apoio, recebi nas urnas pelo voto popular e dos partidos. A maioria dos representantes eleitos pelo povo pertence aos partidos com os quais formei o Governo. Eles certamente apoiarão no Congresso as medidas necessárias à implantação das políticas que defendo e que foram aprovadas pelos eleitores.

Completaremos, assim, as reformas. Não só a previdenciária e a administrativa, mas a tributária, a política e a judiciária.

Confio nesta Casa, expressão maior da soberania popular, à qual me orgulho de ter pertencido.

O Congresso deu expressiva contribuição às transformações do País nos últimos quatro anos. Homenageio todos os seus membros, que tanto valorizo, na pessoa de um dos seus mais precoces e maiores líderes, o meu inesquecível amigo Luís Eduardo Magalhães, que ao nos deixar, no ano pas-

sado, nos legou o exemplo de sua competência, visão e amor ao País. (Palmas.)

Não há democracia onde subsiste a violência. Onde ainda são desrespeitados os direitos básicos das crianças e das mulheres, dos negros e dos índios. Avançamos nesta área. É inegável. Mas temos que fazer mais.

O desafio está em transformar os valores e as normas em práticas quotidianas. A Secretaria dos Direitos Humanos foi fortalecida institucionalmente para melhor cumprir sua missão. A sociedade será convidada a participar mais diretamente da execução e controle das políticas.

Srs. Congressistas, não fui eleito para ser o gerente da crise. Fui escolhido pelo povo para superá-la e para cumprir minhas promessas de campanha. Para continuar a construir uma economia estável, moderna, aberta e competitiva. Para prosseguir com firmeza na privatização. Para apoiar os que produzem e geram empregos. E assim recolocar o País na trajetória de um crescimento sustentado, sustentável e com melhor distribuição de riquezas entre os brasileiros.

Nesses últimos quatro anos enfrentamos um quadro internacional adverso. A economia brasileira sofreu o abalo de três crises internacionais de graves proporções. Ainda vivemos os reflexos negativos do colapso da moeda russa. Nossa economia enfrenta o pesado ônus de elevadas taxas de juros, que arrefeceram o crescimento e diminuíram o emprego.

O Brasil continuará a desempenhar papel ativo na revisão da arquitetura do sistema financeiro internacional. Não podemos aceitar que aplicações especulativas, por não estarem submetidas a qualquer tipo de supervisão ou ordenamento, desarticulem o processo produtivo e constituam ameaça recorrente às economias nacionais.

Mas também é forçoso reconhecer que temos as nossas vulnerabilidades, entre elas, o déficit público. Gastamos mais do que arrecadamos. Enquanto não equilibrarmos nossas contas, a cada turbulência da economia internacional pagaremos, como temos pago, preço elevado.

Assim como não hesitei em tomar as medidas necessárias para defender o Real, não hesitarei em fazer o que for preciso para pôr fim ao tormento do déficit público. É melhor o remédio amargo que cura a doença do que a febre crônica que debilita as forças e compromete a saúde do organismo.

Não tenham dúvidas, senhores. Marcharei com determinação para obter do Congresso o ajuste fis-

cal e para livrarmos o Brasil da armadilha dos juros altos, que aguilhoam o nosso ímpeto de crescimento econômico.

A reforma da Previdência, embora incompleta, abre perspectivas melhores para o equilíbrio das contas públicas. Vamos prosseguir com ela, eliminando privilégios e assegurando a continuidade dos benefícios em favor dos que realmente necessitam.

Preocupa-me o desemprego. Como acontece ao início de cada ano, a taxa de desemprego poderá elevar-se. Por ser passageiro, o quadro não é menos doloroso para quem perde o seu emprego.

Os Ministros que em poucos minutos tomarão posse em seus cargos receberão do Presidente da República uma orientação precisa: concentrar a competência de suas equipes e os recursos de suas Pastas nos projetos que abram novas oportunidades de trabalho e de renda, especialmente para os jovens; na extensão do crédito à pequena empresa; nos programas de qualificação do trabalhador; e na assistência ao desempregado.

Tudo o que o Governo puder fazer na área do emprego será feito.

Tenho a convicção de que o Brasil sairá fortalecido da crise. As políticas que estamos adotando corrigirão o desequilíbrio de nossas contas. O País terá credibilidade ainda maior. E será um mercado mais atraente para os investimentos, tanto internos quanto externos, que gerarão crescimento e empregos.

Tomo de empréstimo a Joaquim Nabuco frase lapidar que expressa meu sentimento diante desta conjuntura desfavorável. Diz Nabuco: "A vida não é senão a posse do futuro pela confiança e, em política, pela certeza do triunfo (momentaneamente, digo eu) interrompido".

Srs. Congressistas, de pouco vale ao País ser a oitava economia mundial se continuarmos entre os primeiros na desigualdade.

Este quadro tem que ser revertido.

Estamos combatendo a desigualdade com a estabilidade da economia e com a melhoria da qualidade da educação pública, de modo a proporcionar aos desfavorecidos a oportunidade que nunca tiveram.

Nossas políticas públicas em educação, saúde, habitação, saneamento e reforma agrária melhoraram. Os indicadores, em cada uma dessas áreas, comprovam o progresso alcançado.

Antes, os serviços públicos estavam direcionados aos que mais possuíam. Agora, os serviços e os créditos do Governo estão dirigidos aos que mais precisam. Assim é na educação fundamental e na

saúde. Assim começa a ocorrer também no crédito rural e nos financiamentos para pequenas e médias empresas.

E esta é uma revolução. A única suscetível de transformar a fisionomia social do País e aportar um golpe fatal à desigualdade que reproduzimos desde as eras coloniais.

Em breve completaremos 500 anos. Este será um momento de reflexão sobre o que realizamos, o que somos e o que queremos ser. Temos muito para nos orgulhar, do Brasil e dos brasileiros.

Um País que venceu o autoritarismo e implantou a democracia; em seguida, domou a inflação e está construindo a estabilidade, tem agora pela frente o desafio de edificar uma sociedade mais igualitária.

Esta é a minha visão do País para o século XXI. Estou certo de que é também o projeto de todos os brasileiros que vivem com indignação os graus de desigualdade que ainda subsistem entre nós.

Não há milagres nesta área. O caminho é conhecido e será percorrido com persistência.

O rumo está certo. As políticas são coerentes. Já começaram a dar resultados. Serão reforçadas. Retificadas quando necessário.

Srs. membros do Congresso Nacional, pertenço a uma geração que desde cedo sonhou com a reforma social em nosso País. Ansiava por participar dela. Foi ativa na Universidade, tanto nas salas de aulas como nas ruas.

Lutou contra o arbítrio. Com a redemocratização, viu renascerem as esperanças de mudar o País. Com a estabilidade da economia, percebeu que recuperamos os instrumentos para edificar um Brasil melhor.

A vontade nunca faltou, ela continua firme.

O Brasil espera com impaciência por uma nação mais justa.

Esta é a esperança que leio nos olhos dos milhares de brasileiras e de brasileiros que encontro em minhas andanças pelo País. Estas são as vozes que ouço nas ruas. Esta foi a missão que recebi das urnas. Esta foi a mensagem enviada por um dos amigos mais queridos, Sérgio Motta, companheiro de uma vida de lutas: "Não se apequene. Cumpra seu destino histórico. Coordene as transformações do País".

Eu assim farei.

Muito obrigado. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
— Agradeço a presença das autoridades: S.Emas. Revmas. os Srs. Cardeais de Brasília e do Rio de

Janeiro, Sr. Núncio Apostólico, Srs. Chefes de Missão Diplomática acreditados juntos ao Governo brasileiro, Sr. Rabino Sobel, Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Sr. Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, Srs. Ministros de Estado, Sr. Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Srs. Governadores, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Tribunais Superiores, demais autoridades e convidados.

Cabe a mim, Sr. Presidente, dirigir-me a V. Exa. no momento em que assume o segundo mandato como Presidente da República.

O povo, mais uma vez, confia-lhe a honra de dirigir o destino do País – competência e dignidade não lhe faltam, aliás, já foram inteiramente comprovadas no seu primeiro mandato.

Quero afirmar a V. Exa. que todos, de todos os partidos, se encontrarão com V. Exa. onde estiver o interesse nacional. O povo lhe conferiu um novo mandato e nós, seus legítimos representantes, atentos à vontade do povo, ajudaremos o seu Governo, como espera a Nação.

O Congresso Nacional não lhe faltou – como V. Exa. bem afirmou ainda há pouco – no mandato que se findou e certamente não lhe faltará neste que hoje se inicia. A conjuntura internacional nos perturba, mas não nos intimida, sobretudo agora, quando V. Exa. acaba de afirmar que não será apenas um gerente da crise, mas que vencerá a crise. E, para vencê-la, tenha a certeza de que V. Exa. contará com todo o Congresso Nacional. (Palmas.)

Quem não tem força e coragem para enfrentar a adversidade não merece o dom da vida. Nossa adversidade é passageira e vamos vencê-la. V. Exa. tenha a certeza de que como comandante supremo deste País encontrará sempre o respaldo do Con-

gresso Nacional, dos seus representantes e, sobretudo, do povo brasileiro. Este povo confiou a V. Exa. mais um mandato, certo de que V. Exa. vai vencer todos os obstáculos e dar-lhes o de que necessitam, isto é, o fim das desigualdades sociais e – como V. Exa. acaba de afirmar – ao fim do seu quadriênio, tanto quanto possível, uma ação mais justa, sobretudo do ponto de vista social.

Daqui da Câmara dos Deputados, como da outra Casa do Congresso Nacional, certamente surgirão críticas ao Poder Executivo, mas não lhe faltará, Sr. Presidente, o estímulo dos Congressistas para o seu êxito, porque nesta hora o seu êxito se confunde com o êxito do Brasil, e é nosso dever fazer com que o Brasil vença logo essas crises para podermos entrar na fase de desenvolvimento. É o desenvolvimento que dará sustentabilidade à democracia no País e justiça social ao povo brasileiro.

Sr. Presidente, finalmente, quero dizer a V. Exa. que nós, da Câmara e do Senado, hoje aqui reunidos, pedimos, em nome do povo brasileiro, que Deus ilumine o seu caminho e o do Vice-Presidente da República, sobretudo para que assegurem um futuro feliz para o nosso País.

Seja feliz, Sr. Presidente. Cumpra o seu dever com esta Nação, que espera de V. Exa. não apenas a sua competência, a sua dignidade e o seu trabalho, mas o êxito indispensável para que nós possamos estar emparelhados com as maiores nações do mundo. Nós temos o destino histórico de ser uma grande Nação, e V. Exa. vai comandar este processo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17horas 36minutos.)

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB SEEP**, conta nº 920001-2, **Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central**, conta nº 55560204-4 ou recibo de depósito via **FAX (061) 2245450**, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.

**SENADO
FEDERAL**



**SECRETARIA
ESPECIAL DE
EDITORACÃO
E PUBLICAÇÕES**

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS